

## APRESENTAÇÃO

Roberta Pires de Oliveira | [Lattes](#) | [ropiolive@gmail.com](mailto:ropiolive@gmail.com)  
Universidade Federal do Paraná | Universidade Federal de Santa Catarina | CNPq

Izete Lehmkuhl Coelho | [Lattes](#) | [izete.lehmkuhl.coelho@ufsc.br](mailto:izete.lehmkuhl.coelho@ufsc.br)  
Universidade Federal de Santa Catarina | CNPq

Isabel Monguilhott | [Lattes](#) | [monguilhott@hotmail.com](mailto:monguilhott@hotmail.com)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este número é, para nós, uma grande honra! A proposta temática da submissão versava sobre **Gramática & Escola**, a partir de uma perspectiva naturalista, em que gramática é o tratamento científico sobre as línguas, utilizando o instrumental que a Linguística Contemporânea nos proporciona. O que sabemos hoje em dia sobre línguas naturais é muito interessante e extremamente importante para a escola. É nosso entendimento de que a Linguística entrou ainda muito timidamente na escola e seu papel é estratégico. No entanto, na história mais recente do Brasil há um forte movimento de exclusão, como se a Linguística não tivesse nada a contribuir para a escola, ainda menos para as aulas de Língua Portuguesa, já que afinal os alunos são falantes fluentes. De fato, não se aprende uma língua materna – ela “brota” em nós, por assim dizer – e o aluno que chega à escola já é um falante fluente; falar uma língua não depende de instrução formal, diferentemente do que ocorre na física ou na química que exigem aprendizagem escolar. Há algumas lições desse fato que o Gerativismo, preconizado por Noam Chomsky, trouxe à tona. Somos falantes! E só nós falamos, embora outras espécies tenham sistemas de comunicação altamente sofisticados. Esse é já um motivo para a Linguística estar na escola. Refletir sobre esse fato trivial que constitui a espécie humana.

Uma primeira lição é que, se o objetivo da escola é o ensino de língua, seja da norma culta ou da norma padrão, ou, para esses propósitos, do inglês ou do Guarani, o método mais eficiente é usar essa língua em sua plenitude, ter interações nessa língua, brincar e contar histórias nessa língua. As aulas de Português se tornam aulas de língua, como as de línguas estrangeiras: o aluno precisa ser incentivado a ouvir e falar, escrever e ler, usando aquela variedade, a norma culta, por exemplo. Essa prática está atenta à língua do aluno, que irá transparecer na variedade ou na língua que está sendo adquirida. O alu-

no é convidado a viver em diferentes modalidades e a explorar sua capacidade linguística. No Brasil, desde o início dos anos 1980, Mary Kato (1985) defende essa ideia, de que a aquisição da escrita é um processo de aquisição de uma segunda língua (L2). Essa é a perspectiva do multilinguismo.

As variedades do Português Brasileiro (PB), como as variedades de qualquer língua natural, têm um valor sócio-histórico, que o professor deve investigar junto com seus alunos e talvez não se restringir a mostrar que os falares dessa língua são diferentes e são avaliados diferentemente, mas contar a história dessas variedades, refletir sobre as línguas e os mitos de que há línguas (e/ou variedades) mais fáceis, o inglês, e línguas mais bonitas, certamente o francês.<sup>1</sup> Há línguas mais poderosas porque seus exércitos também o são. Aulas de Português são aulas em que aprendemos outras gramáticas, a partir da gramática do aluno.

Se é certo que ninguém ensina formalmente língua materna, que é, portanto, o nosso ponto de partida para aprender outras línguas/variedades, por outro lado, parece haver cada vez mais evidências de que o ensino explícito de gramática tem um papel benéfico. A consciência linguística é um facilitador na aquisição, porque leva o aluno a reconhecer os diferentes falares e seus valores sociais, permitindo que ele se posicione subjetivamente em relação a esses falares. Em momentos de “gargalos” na aquisição de uma segunda língua (SLABAKOVA, 2016), apresentar as diferenças e as semelhanças entre as gramáticas tem efeito positivo na proficiência da língua alvo. Sem sombra de dúvidas, o ensino explícito de gramática deve explorar a capacidade epilinguística dos alunos e pode ou não vir acompanhado da construção de uma metalinguagem. Nesse caso, a língua é um objeto de estudos explícitos. Assim como a física descreve o movimento, o linguista constrói modelos que explicam a comunicação humana, a troca de informações através de um sistema finito, recursivo e hierárquico.<sup>2</sup>

Neste número, os autores e as organizadoras partilham a ideia de que a Gramática, enquanto ciência da linguagem, deve entrar na escola. Recusam, no entanto, a ideia, bastante difundida, na comunidade, de que deve ser estudada nas aulas de Língua Portuguesa uma língua morta, imutável, uma espécie de norma curta, na excelente descrição de Faraco. O professor de português deveria lidar com a pluralidade de gramáticas em Português. O português no Brasil, na Europa, na África. A escrita (e leitura) do bilhete de

---

<sup>1</sup> Othero (2017) descreve 10 mitos sobre as línguas. Este é um deles.

<sup>2</sup> Pires de Oliveira (2017) defende que o professor de Língua Portuguesa pode construir uma conversa frutífera com a lógica e a matemática. Esse poderia ser um atalho para lidarmos ao mesmo tempo com os indicadores de escrita e leitura e os indicadores de matemática.

amor, do artigo científico, do resumo, do romance e da poesia. O professor, que entende criticamente os discursos sobre a língua e sabe das contribuições da Linguística, é capaz de guiar, de maneira criativa e, no nosso entender, lúdica, seus alunos no processo de aquisição de outras línguas e de outras modalidades de língua.

Este número de **Gramática & Escola** inicia com as entrevistas dos professores João Costa e Carlos Alberto Faraco. O professores prontamente aceitaram responder por mensagem via correio eletrônico uma mesma série de perguntas sobre o lugar e/ou o papel da Linguística na escola em sua experiência de linguistas e de formadores de professores de Língua Portuguesa.

A entrevista com o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação de Portugal, Professor Doutor João Costa abre este número. Pesquisador em sintaxe gerativa, o professor entende que a linguística tem papel fundamental nas aulas de Língua Portuguesa, porque ela permite desenvolver no aluno a consciência linguística, a consciência sobre a variação e as avaliações sócio-históricas que acompanham os diferentes registros. Chama atenção não apenas às diferenças nos processos de aprendizagem, como também aos instrumentos que a linguística pode fornecer para auxiliar no desenvolvimento da criança ou do jovem.

A entrevista com o Professor Doutor Carlos Alberto Faraco, Professor Titular da Universidade Federal do Paraná, linguista bastante reconhecido no país, autor de material didático para as aulas de Língua Portuguesa, esclarece os conceitos de norma culta e norma padrão, mostrando sua heterogeneidade constitutiva, e denuncia com muita propriedade a norma curta, que coloca o professor de Português como guardião de um simulacro da língua vista como monolítica, parada no tempo, sem vida. Esse é talvez o mito mais daninho com o qual convivemos e que, muitas vezes, sem perceber, reiteramos em nossas práticas e discursos. Língua é mudança!

A coletânea inicia com reflexões mais amplas sobre gramática e escola. O leitor verá que os artigos vibram em consonância com a linha melódica das entrevistas. Para além dos rótulos funcionalistas e formalistas, os autores apontam para a necessidade da gramática na escola, entendida sob o pano de fundo da Linguística. No artigo “Para além da questão: (não) ensinar gramática?”, Edair Maria Görski e Mara Aparecida Siqueira entendem que o professor de Língua Portuguesa precisa, em sala de aula, mobilizar o seu conhecimento explícito sobre gramática em uso, já que as autoras se pautam na tradição funcionalista discursiva que aparece na entrevista de Faraco. Segundo as autoras, a abordagem do uso contempla “a língua como sistema heterogêneo sócio-historicamente

constituído”, permite manter a tensão entre estabilidade e instabilidade nas relações entre formas e funções, e garante que o ensino de gramática é sempre contextualizado, realizado através de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas. O desenvolvimento da competência comunicativa do aluno é, nessa proposta, a formação do sujeito-cidadão.

Nessa mesma vertente, Andréia Rutiquewiski Gomes e Sueder Souza, em “O ensino de gramática e as articulações teórico-metodológicas da prática de Análise Linguística”, discutem aspectos relacionados ao ensino de gramática na educação básica brasileira e defendem o lugar da prática de Análise Linguística, compreendida como uma atividade de reflexão acerca das diferentes dimensões que compõem a língua em uso. Os autores argumentam que sua proposta está em consonância com uma visão de linguagem interacionista e pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos sujeitos.

Podemos acompanhar um movimento em direção ao núcleo dessa habilidade a partir do artigo de Sandra Quarezemin, “Ensinar Linguística na Escola: um confronto com a realidade”. Sua reflexão sugere que a linguística pode mudar as relações entre professor-aluno e as relações de ensino-aprendizagem dentro do espaço escolar. A proposta apresentada privilegia a entrada da linguística na escola como estudo científico e descritivo de fenômenos gramaticais do PB. Trata-se, portanto, de um movimento na direção do estudo científico das línguas naturais, em geral, e do PB, em particular.

Ana Carolina Nunes Aguiar e Helena Guerra Vicente, em “O lugar do input e dos conhecimentos implícito e explícito na aquisição de L2 e na aprendizagem da escrita do PB”, questionam a ideia de que a aquisição da escrita se assemelha à aquisição de L2, porque entendem que o papel do *input* e dos conhecimentos implícito e explícito são distintos. Enquanto o falante do vernáculo do PB já dispõe de saber intuitivo sobre a sua língua ao tentar se apropriar do código de escrita, o falante em aquisição de L2 constrói seu sistema implícito da língua durante esse processo. Assim o aluno, ao ingressar na escola, possui uma língua internalizada. As autoras sugerem que o professor utilize a técnica de “eliciação como ferramenta pedagógica na mediação do processo de conscientização linguística do aluno”.

Em “A Gramática Gerativa na escola: o pensar linguisticamente”, Ronald Taveira da Cruz questiona sobre o impacto do Programa Gerativo na escola. O autor também defende que o ensino da gramática deve ser parte das atividades do professor de Língua Portuguesa. Argumenta, nesse sentido, que noções gerativas podem ser utilizadas na es-

cola, com dois objetivos centrais: o primeiro é refletir cientificamente sobre as línguas, e o segundo, incentivar a produção linguística. Essa proposta fecha a seção de reflexão teórica e a ela se seguem quatro artigos que são estudos de casos, isto é, propostas concretas de inserção da gramática na escola, seja pelo viés formal, seja funcional.

No artigo “Constituição sintática, ambiguidade estrutural e aula de português: o lugar da teoria gramatical no ensino e na formação do professor”, Aquiles Tescari Neto partilha, com Taveira da Cruz, a crença sobre a importância da gramática gerativa na escola. O autor revisa alguns testes de constituição sintática que podem ser utilizados na desambiguação de sentenças estruturalmente ambíguas, o que se revela como importante recurso na construção de textos, servindo, por isso mesmo, à construção de diferentes sentidos.

Em “Hipercorreções na escrita como evidência da gramática fonológica da criança”, Graziela Pigatto Bohn e Mariana Lima Souza analisam dados de escrita inicial, retirados do banco de dados organizado pelo Projeto Aspa da Universidade Federal de Minas Gerais. Os resultados mostram que a hipercorreção se baseia em três fenômenos fonológicos presentes na fala: harmonia vocálica, alçamento vocálico e semivocalização da líquida lateral em posição pós-vocálica. As autoras sugerem que no momento em que a criança se depara com o código escrito e percebe que os grafemas nem sempre apresentam uma relação direta com a forma como são pronunciados, além de corrigir seus erros ortográficos iniciais, passa a hipercorrigir suas produções escritas, segundo a sua gramática internalizada. Assim, há evidências empíricas de que a gramática fonológica da criança atua na aquisição da escrita.

Lilian Coutinho Yacovenco e Juliana Rangel Scardua, em “A variação pronominal de segunda pessoa: contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa”, discutem os pronomes de segunda pessoa. As autoras apontam que embora a tradição gramatical registre *tu* e *vós* como pronomes de segunda pessoa do caso reto, no PB, há a variação *tu/você* e a substituição de *vós* por *vocês*. Esse pode ser o mote, segundo as autoras, para discutir variação com alunos do ensino médio, contemplando as diversas variedades linguísticas.

Em “As pistas gramaticais da argumentação”, Denise Miotto Mazocco e Teresa Cristina Wachowicz realizam um levantamento dos fenômenos gramaticais sintático-semânticos presentes em produções textuais de alunos da Educação Básica (Projeto PIBID Português 2/UFPR). Seu objetivo é determinar quais traços gramaticais evidenciam os textos argumentativamente vagos e quais caracterizam os textos argumentativamente

consistentes e válidos. No corpus de textos de opinião, coletados no espectro do 6º ano do Ensino Fundamental II até o 3º ano do Ensino Médio, as autoras verificam que os textos se caracterizam por uma semântica genérica ou vaga e uma sintaxe de estrutura argumental esvaziada em detrimento de uma semântica específica e estruturas argumentais sintaticamente controladas. As construções sintático-semânticas são, assim, pistas gramaticais da argumentação.

Os dois últimos textos tratam especificamente de material didático. Em “Práticas de análise linguística: uma análise em livro didático”, Laís França Campos Rocha analisa criticamente as atividades linguísticas propostas no livro didático, versão do aluno, *Língua Portuguesa: linguagem e interação*, de Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnior, da Editora Ática, do 1º ano do Ensino Médio, aprovado no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015. Analisando apenas a seção *Prática de linguagem*, a conclusão a que a autora chega é de que a prática de análise linguística é pouco desenvolvida, o que indica a necessidade de novos materiais didáticos.

Lorenzo Vitral em “Ensino de Gramática na Contemporaneidade” apresenta, em linhas gerais, as principais propostas de descrição gramatical desenvolvidas no manual *Gramática Inteligente do Português do Brasil* de sua autoria. O histórico do debate sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil aponta para a necessidade da gramática na escola, trabalhada, como aparece nos demais artigos, de uma maneira muito diferente daquela que caracteriza as aulas de gramática no ensino tradicional. A gramática é uma reflexão sobre um objeto natural, as línguas humanas.

A Linguística modifica radicalmente o senso comum sobre as línguas. Desmistifica. A tarefa do professor de Língua Portuguesa é, portanto, árdua e exige que ele esteja bem preparado. Sua formação deve incluir o que a linguística contemporânea sabe sobre as línguas naturais. Elas são sistemas recursivos, como advoga o Gerativismo. São sistemas semânticos, de atribuição de significado, como vem insistentemente advogando o Funcionalismo. Esses sistemas são socialmente avaliados e há importantes questões de ideologia, não só na validação de uma única variedade, como também nas exclusões de que são vítimas aqueles que não dominam a norma culta, como apregoa a Sociolinguística. Proferir *eles fizeram* não tem o mesmo valor sócio histórico que proferir *eles fizeram*. A gramática não é a mesma. Explorar esse conhecimento exige que o ponto de partida seja a língua que o aluno já traz de casa. A ideia é de que no Ensino Médio esse aluno seja fluente não apenas em norma culta e língua padrão, mas em outras línguas.

Infelizmente, essa não é a nossa realidade. Os alunos que entram na universidade têm baixa proficiência em leitura e escrita. É precisamente esse quadro que acreditamos poder mudar com a Gramática na Escola. Se a consciência linguística tem um retorno positivo na proficiência do aprendiz, é certamente tarefa do professor de Língua Portuguesa despertá-la. Esse conhecimento parte das intuições dos falantes, de seu conhecimento implícito e epilinguístico, sobre a sua língua e as outras. Com base no que ele sabe, implicitamente, sobre a sua língua, ele vai construir hipóteses sobre a outra língua, mesmo que ele não tenha consciência desse processo. Há mecanismos de transferência e interferência. O professor deve estar preparado para entender esses processos de aquisição, para avaliar se há um aluno que leva mais tempo para ler uma prova, por exemplo. O professor deve ser sensível ao seu aluno e acompanhar sua fluência. Atividades de reflexão explícita sobre as línguas ampliam a consciência linguística do aprendiz. Essa consciência pode ser usada para, em anos mais avançados, construir projetos em que o resultado é um artefato gramatical: um fragmento de gramática, um dicionário, um banco de dados de língua, entre outras atividades.

A Linguística Educacional, explorada nas entrevistas e nos artigos deste número, reflete sobre e pratica a Linguística na escola, a partir do instrumental teórico da Linguística Contemporânea. Significa, entre outros, assumir modelos experimentais como os utilizados na Psicolinguística. Partilhamos a ideia de que a consciência linguística é uma ferramenta poderosa nas aulas de Língua Portuguesa, mas muito pouco explorada.

Para finalizar, queremos agradecer imensamente aos entrevistados deste número, João Costa e Carlos Alberto Faraco, aos autores que enviaram seus textos, aos pareceristas *ad hoc*, à Equipe Editorial da Revista e ao Programa de Pós-graduação em Linguística, por oportunizarem esta publicação. Convidamos os leitores a fazer parte dessa conversa. Que a leitura desses textos seja um convite para atividades de Gramática nas aulas de Língua Portuguesa!

### **Referências**

- OTHERO, G. *Mitos de linguagem*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017. 192p.
- KATO, M. A. *O aprendizado da leitura*. 4. ed. Campinas: Editora Martins Fontes, 1985. 145p.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Em que a Linguística pode contribuir para a Educação. *XI Semana Acadêmica de Letras*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- SLABACOVA, R. *Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 2016.